



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1537/2000

Que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 2001

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Passa Quatro, para o exercício de 2001, estima a Receita em R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES PREFEITURA MUNICIPAL

Receita tributária	R\$ 708.700,00
Receita patrimonial	R\$ 31.000,00
Receita Industrial	R\$ 114.000,00
Receita de serviço	R\$ 363.000,00
Transferências correntes	R\$ 3.846.500,00
Outras Receitas correntes	R\$ 182.000,00
<i>Sub total</i>	<i>R\$ 5.245.200,00</i>

RECEITAS CORRENTES CÂMARA MUNICIPAL

Transferências Correntes	R\$ 240.000,00
<i>Total</i>	<i>R\$ 5.485.200,00</i>

RECEITA DE CAPITAL

Operações de Crédito	R\$ 7.000,00
Alienação de Bens	R\$ 23.000,00
Transferências de Capital	R\$ 884.800,00
<i>Total</i>	<i>R\$ 914.800,00</i>

Total Geral ***R\$ 6.400.000,00***

Art. 3º A Despesa será realizada de acordo com a seguinte discriminação pelas unidades orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL

Corpo legislativo	R\$ 70.540,00
Secretaria da Câmara	R\$ 169.460,00
<i>Sub Total</i>	<i>R\$ 240.000,00</i>



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

PREFEITURA MUNICIPAL

Gabinete do Prefeito e Secretaria do Turismo	R\$ 700.000,00
Serviço da Fazenda	R\$ 500.000,00
Serviço de Ed. Cultura e Desporto	R\$ 1.804.000,00
Serviço de Obras Públicas	R\$ 760.000,00
Serviço de Saúde e Saneamento	R\$ 1.385.000,00
Serviço Mun. de Estradas e Rodagem	R\$ 160.000,00
Encargos Gerais do Município	R\$ 610.000,00
Secretaria do Bem Estar Social	R\$ 241.000,00
<i>Total</i>	<i>R\$ 6.160.000,00</i>

Total Geral ***R\$ 6.400.000,00***

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita prevista nesta Lei para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, Art. 7º, Inciso I, da lei 4320, 17/03/64, podendo para tanto:

a) anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no Inciso III, do Art. 43 da Lei 4320/64, art.5º § único, da Lei Municipal nº 1492, de 21/06/99, LDO;

b) utilizar o excesso de arrecadação apurado na forma do Parágrafo 3º, Art. 43, da Lei 4320/64.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito até o limite das Despesas de Capital, conforme Art. 167, Inciso III, da Constituição Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2001

Art. 7º Revogam-se as disposições contrárias

Passa Quatro, 17 de novembro de 2000.

Dr. Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Silvana Fernandes de Oliveira Ribeiro
Sec. Mun. Administração